



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
PROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO  
POR UNANIMIDADE  
PLENÁRIO 10/10/2016

**GABINETE DO VEREADOR REGINALDO CAMPOS - PSC**

dos Santos Neto  
1.º Secretário

**INDICAÇÃO Nº. 068 /2016.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores,

QUE A PRESENTE INDICAÇÃO SEJA DIRECIONADA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, DR. SIMÃO JATENE, NO SENTIDO DE QUE SEJA ESTUDADA A VIABILIDADE JUNTO AS EMPRESAS DE ATENDIMENTO PÚBLICO ABAIXO DISCRIMINADO, A SEGUINTE PROPOSTA:

- a) Que seja estabelecida em nossa região, a obrigatoriedade da empresa concessionária de Companhia de abastecimento e saneamento de Água – COSANPA e a Empresa Celpa, enviar aos usuários as contas mensais do consumo ou serviço, definitivamente lacradas.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

No nosso entender, outras pessoas não precisam tomar conhecimento dos gastos efetuados no consumo ou serviços das prestadoras ou concessionárias, principalmente do valor a ser pago por outras residências. Esta é uma informação pessoal e só diz respeito ao usuário.

Em condomínios, por exemplo, muitas correspondências são entregues de uma única vez, restando ao responsável pela portaria, ou aos síndicos, a entrega das correspondências. Em prédios, ou condomínios onde o poder aquisitivo é maior os moradores possuem sua própria caixa de correspondência, no entanto, para a população de um poder aquisitivo menos abastado isso é inviável.

Outras faturas como Contas Telefônicas, Contas de Administradoras de Cartões de Crédito, Extrato Bancários entre outros que não se faz necessário mencionar, são enviadas à população lacradas. No Estado a COSANPA E CELPA também pode enviar suas faturas lacradas, isso garante o sigilo que é protegido pela legislação.

A proteção constitucional ao sigilo da correspondência apresenta-se como um mecanismo essencial de proteção da intimidade e da liberdade de expressão no Estado Democrático de Direito. Portanto, creio que a COSANPA E CELPA deveria cumprir o que determina o disposto nos Incisos X e XII do artigo 5º da Constituição Federal. A Lei nº 8.987/95, no seu Capítulo III, Dos Direitos e Obrigações do Usuário, artigo 7º, Inciso I, determina que "as concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário serviço adequado".

O Código de Defesa do Consumidor, em seu o artigo 22, também determina que "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos".

Que desta decisão seja dado conhecimento a direção das empresas COSANPA E CELPA.

Sala das Sessões, Plenário "Vereador Benedito Magalhães", em

de outubro de 2016.

**REGINALDO CAMPOS**  
VEREADOR - PSC